

# PORTUGAL DIPLOMÁTICO



Visita do MNE ao Benim

Eleições Legislativas na Hungria

Dois Anos de Portugal Diplomático

XX<sup>ª</sup> EDIÇÃO

Abril-Maio 2026



0 35545 62336 78 1

# Índice

---

## NOTÍCIAS NACIONAIS

Mês do MNE..... pág. 2

**Dois Anos de Portugal Diplomático..... pág. 7**

## NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

Eleições legislativas na Hungria: Orbán afastado do poder após 16 anos enquanto Primeiro-Ministro..... pág. 8

Encontro Bilderberg 2026: Políticos, militares e chefes de empresas reunidos à porta fechada..... pág. 11

Benim elege novo presidente com 94% dos votos, num país que ainda processa uma tentativa de golpe e uma crise de segurança no Norte..... pág. 13

Missão de Paz ou estratégia de poder?: Visita da líder da oposição taiwanesa à China..... pág. 15

## CONFLITO CLARIFICADO

Conflito de Caxemira..... pág. 18

# Mês do MNE

---

Por Bruno Oliveira

Nesta rubrica de dois meses, acompanhamos a agenda do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, que inclui diversas viagens (algumas delas realizadas pela primeira vez por um Ministro português) nas mais variadas regiões, bem como os seus encontros em Lisboa com homólogos de outros Estados.

## 5.ª JETCO Portugal-Turquia e visita do MNE da Turquia a Lisboa

No dia 8 de abril, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, participou em Lisboa na 5.ª reunião da Comissão Económica Conjunta (JETCO) Portugal-Turquia, realizada no Palácio das Necessidades com a presença de delegações oficiais e empresariais de ambos os países.

A reunião permitiu analisar o estado das relações económicas bilaterais e identificar novas oportunidades de cooperação, com destaque para setores como energia, indústria, turismo e inovação. Foram ainda abordadas medidas para reforçar o investimento e o comércio bilateral.

No mesmo dia, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Ömer Bolat, foi recebido em Lisboa pelo seu homólogo português, tendo sido reforçado o diálogo político e económico entre os dois países, bem como a cooperação no contexto internacional e no quadro da NATO.



*Celebração de acordos entre o MNE turco (à esquerda) e português (à direita) (fonte: MNE)*

## Encontro com homólogo do Uzbequistão

No dia 9 de abril, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, recebeu em Lisboa o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão, Bakhtiyor Saidov, no Palácio das Necessidades. O encontro centrou-se no reforço do diálogo político e na identificação de oportunidades de cooperação económica, nomeadamente nos setores dos transportes, energia e conectividade, bem como no aprofundamento das relações entre a Ásia Central e a União Europeia.



*Paulo Rangel (direita) com o seu homólogo do Uzbequistão (esquerda) (fonte: MNE)*

## Visita à Etiópia e Quênia

Entre os dias 14 e 16 de abril de 2026, realizou uma visita oficial a Adis Abeba, capital da Etiópia, onde manteve contactos com a União Africana e autoridades diplomáticas africanas acreditadas na organização. A agenda incluiu reuniões com a Comissão da União Africana e encontros multilaterais centrados em temas como paz e segurança no Corno de África, cooperação UE-África e desenvolvimento sustentável. A visita permitiu ainda reforçar a presença diplomática portuguesa junto das instituições africanas e consolidar o papel de Portugal no diálogo entre os dois continentes.

Já no Quênia, Paulo Rangel manteve reuniões oficiais em Nairobi com o Presidente William Ruto e o homólogo queniano, Hon Mudavadi Os encontros centraram-se no reforço das relações bilaterais, com destaque para a cooperação económica em setores como energias renováveis, agricultura, economia azul e formação técnica. Foi igualmente abordada a cooperação em fóruns multilaterais, nomeadamente nas Nações Unidas, bem como o interesse em reforçar a presença empresarial portuguesa na região.



*Encontro entre Paulo Rangel (à esquerda) com o homólogo etíope, Gideon Timothewos (à direita) (fonte: MNE)*



*Conferência de imprensa com Paulo Rangel (à esquerda) e o MNE queniano Hon Mudavadi (à direita) (fonte: MNE)*

## Visita ao Chipre e Líbano

De regresso, a 17 de abril, o Ministro realizou uma visita oficial a Chipre, onde reuniu com o seu homólogo cipriota, Constantinos Kombos, em Nicósia. A agenda incidiu na cooperação no Mediterrâneo Oriental, incluindo questões de segurança marítima, energia, política europeia de vizinhança e gestão de fluxos migratórios. O encontro permitiu também reforçar a coordenação entre os dois países no quadro da União Europeia.

No mesmo dia deslocou-se ainda a Beirute, onde manteve reuniões com o seu homólogo libanês, Youssef Raggi, e com representantes das Nações Unidas no terreno. A visita centrou-se na análise da situação política e económica do país, bem como no impacto da crise regional na estabilidade libanesa. Foi ainda discutido o apoio internacional ao Líbano e a importância das missões de manutenção de paz da ONU na região.



*Paulo Rangel (à esquerda) e Constantinos Kombos (à direita) (fonte: MNE)*



*Paulo Rangel (à esquerda) e Youssef Raggi (à direita) (fonte: MNE)*

## Encontro com Chefe Executivo de Macau

A 21 de abril, o Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, Sam Hou Fai, foi recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros e em audiência oficial com o Ministro e Primeiro-Ministro português. A reunião centrou-se no reforço da cooperação entre Portugal e Macau, incluindo relações económicas, educação superior e cooperação jurídica. Foi também analisado o papel de Macau como plataforma de ligação entre a China e os países de língua portuguesa no âmbito do Fórum Macau. A visita incluiu ainda contactos com entidades empresariais e institucionais ligadas à cooperação sino-lusófona.



*Reunião entre o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, e Sam Hou Fai (fonte: MNE)*

## Encontro com homólogo brasileiro



*Paulo Rangel (à esquerda) e Mauro Vieira (à direita)*  
(fonte: MNE)

Ainda no dia 21 de abril de 2026, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Mauro Vieira, foi recebido no Palácio das Necessidades pelo seu homólogo português. A reunião incidiu no reforço da relação estratégica bilateral, na cooperação no espaço da CPLP e na coordenação em fóruns multilaterais como as Nações Unidas e o G20, bem como no aprofundamento das relações económicas e culturais.

## Encontro com Corina Machado

No dia seguinte, a 22 de abril de 2026, Paulo Rangel recebeu Corina Machado, líder da oposição venezuelana e vencedora do Prémio Nobel da Paz e Prémio Sakharov. Foi discutido o compromisso de Portugal com o processo de transição para a democracia no país, bem como a situação dos presos políticos e da comunidade luso-venezuelana.



*Paulo Rangel (à esquerda) e Corina Machado (à direita)*  
(fonte: MNE)

## Visita ao Benim e Namíbia

Pela primeira vez um Ministro dos Negócios Estrangeiros português visitou o Benim. No dia 24 de abril, Paulo Rangel esteve no país, onde teve um encontro com o seu homólogo, Olushegun Bakari. Durante esta visita foram ainda assinado vários acordos nas áreas do estabelecimento de consultas políticas e diplomáticas, dos serviços aéreos e um memorando de entendimento entre a AICEP e a sua congénere. O Ministro manifestou ainda o seu apoio à candidatura do Benim enquanto Estador observador da CPLP.

Já na Namíbia, a 5 de maio, por ocasião da celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa, Rangel encontrou-se com a sua homóloga, Selma Ashipala-Musavyi, onde abordaram temáticas como o ensino do português no país africano, tendo o ministro visitado o centro de ensino Diogo Cão, ou a energia, infraestruturas e turismo.



*Reunião entre as delegações de Portugal e do governo do Benim (fonte: MNE)*



*Visita de Rangel ao centro de ensino de português Diogo Cão, na Namíbia (fonte: MNE)*

### **Encontro com os homólogos da Guatemala e Jordânia**

De regresso a Portugal, recebeu os seus homólogos da Guatemala e Jordânia, nos dias 14 e 19 de maio, respetivamente.

Com o MNE guatemalteco, Carlos Martínez, foram assinados dois acordos nas áreas da cooperação cultural e de cooperação entre institutos diplomáticos. Foram ainda discutidas as relações bilaterais entre os dois países e o multilateralismo face aos desafios geopolíticos atuais.

Com o seu homólogo da Jordânia, Ayman Safadi, esteve na agenda as relações entre os dois países nas áreas do comércio e economia, bem como a situação geopolítica de ambos os continentes.



*Assinatura de acordos entre Portugal e a Guatemala (fonte: MNE)*



*Reunião entre Paulo Rangel e o seu homólogo da Jordânia (fonte: MNE)*

# Dois Anos de Portugal Diplomático

O Portugal Diplomático celebra dois anos de existência!

Este é mais um marco importante na evolução deste projeto, uma vez que no último ano alcançámos muitos dos objetivos propostos.

Em primeiro lugar, alargámos a nossa equipa. Expandimos a nossa presença para outras universidades para além da NOVA FCSH, como a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ou o ISCTE. Este constitui um passo relevante, uma vez que nos permitiu abordar mais temáticas através de novas perspetivas. Um obrigado muito especial a todos aqueles que integraram a nossa equipa no último ano e que nos permitem evoluir enquanto projeto coletivo!

Em segundo lugar, mantivemos a prática da realização de entrevistas a personalidades da área. Para além dos entrevistados anteriores, o último ano contou com entrevistas a académicos portugueses e internacionais, portugueses que trabalham em instituições da União Europeia (como a Comissão Europeia) ou nacionais, como a AICEP), a um Eurodeputado, ao Representante Permanente de Portugal junto da UE, à Cônsul de Portugal em Paris, ao Embaixador de Portugal em França e ainda à Secretária de Estado dos Assuntos Europeus. Trouxemos novas perspetivas ao longo destas histórias pessoais de quem representa Portugal todos os dias. Um obrigado a todos os entrevistados que aceitaram apresentar os seus testemunhos.

Em terceiro lugar, tivemos a oportunidade de colaborar com o projeto de investigação financiado pelo Next Generation EU, o DIGIEFFECT, que constituiu a nossa primeira colaboração e que nos permitiu alargar fronteiras.

Por fim, falta apenas agradecer a todos os nossos leitores, que representam a espinha dorsal deste projeto e que são o motivo pelo qual trabalhamos todos os dias para tornar este projeto possível e difundir a política externa e diplomacia portuguesa.

# Eleições Legislativas na Hungria

Por Raquel Bravo

No dia 12 de abril realizaram-se as tão aguardadas eleições legislativas na Hungria, que deram a vitória a Péter Magyar, candidato do partido da oposição Tisza, de centro-direita e pró-União Europeia. O resultado marca o encerramento de 16 anos de governação de Viktor Orbán, líder do partido Fidesz, e um dos principais nomes da direita nacionalista a nível global.

Magyar obteve mais de 50% dos votos, conquistando a maioria no Parlamento, num dos atos eleitorais mais participados da história recente do país, com cerca de 80% dos eleitores a comparecerem nas urnas. Na noite eleitoral, milhares de húngaros encheram as ruas de Budapeste para celebrar a vitória de Magyar e a mudança política.

“Meus compatriotas húngaros, conseguimos!”. “Juntos, libertámos a Hungria”, declarou Magyar perante uma multidão que entoava: “russos vão para casa” e “Europa! Europa!” O novo líder sublinhou que os húngaros “disseram sim à Europa” com este voto.



Péter Magyar, candidato da oposição, nas celebrações da noite eleitoral (Fonte: Público)

## **Quem é Viktor Orbán e como transformou o cenário político da Hungria?**

Viktor Orbán é amplamente reconhecido como uma das principais figuras associadas a uma vaga de ascensão de tendências extremistas na política contemporânea mundial. Foi eleito primeiro-ministro pela primeira vez em 1998 e governou o país por quatro anos. Em 2010, retornou ao poder com uma vitória esmagadora e, desde então, iniciou um longo ciclo governativo, que terminou este mês.

Inicialmente identificado como um ferrenho anticomunista, no período pós-transição democrática, aquando das primeiras eleições democráticas na Hungria em 1990, Orbán evoluiu para posições mais conservadoras e nacionalistas. Durante o seu mandato, o mesmo adotou alterações institucionais, incluindo a revisão da Constituição e fazendo aprovar leis, com o objetivo de criar uma “democracia cristã iliberal” (que por si só apresenta-se como uma contradição, já que uma democracia não poderá constituir-se enquanto iliberal). Restringiu a liberdade de imprensa, adotou medidas antimigração, e limitou direitos das minorias, nomeadamente, da comunidade LGBTQIA+. Esta atuação de Orbán gerou atritos com a União Europeia, que chegou mesmo a suspender bilhões de euros ao país devido a violações de padrões democráticos e do Estado de direito.



Derrota de Orbán, após 16 anos de governação (Fonte: CNN)

Apesar de ter vencido as quatro últimas eleições na Hungria, beneficiando de uma oposição fragmentada, somada ao crescente controlo político, os últimos quatro anos do seu governo ficaram marcados por sinais de desgaste, nomeadamente uma economia estagnada e acusações de favorecimento de elites próximas do poder.

No plano internacional, Orbán usou como um dos pilares do governo a construção de alianças com líderes globais, como o presidente Putin, mas também o presidente dos EUA, Donald Trump. Este último, inclusive, atuou diretamente na campanha, recebendo Orbán, em fevereiro, na Casa Branca e publicando mensagens de apoio nas redes sociais: “Viktor Orbán é um verdadeiro amigo, lutador e vencedor, e tem o meu apoio total para a reeleição.” Dois dias antes da eleição, Trump enviou o vice-presidente J.D. Vance à Hungria para participar em eventos ao lado do candidato.

### Quem é Péter Magyar, o novo primeiro-ministro?



Magyar, que o próprio nome significa literalmente “húngaro”, surge como uma figura política inesperada, tendo iniciado o seu percurso como admirador de Orbán, sobretudo pela sua postura anticomunista. No entanto, afastou-se progressivamente do

Viktor Orbán (à direita) e Péter Magyar (à esquerda), anteriormente aliados. (Fonte: Diário de Notícias)

mesmo, acusando o governo de corrupção e mudando de partido. A sua vitória prende-se com o facto de o mesmo ter conseguido conciliar as diferentes frentes do espectro. Ao mesmo tempo que promete uma reaproximação com a União Europeia e aliados ocidentais- postura combatida por Orbán que era próximo da Rússia-, também defende a manutenção das políticas de combate à imigração ilegal.

Após a vitória, Magyar adotou um tom firme (o que, para alguns analistas, permite anteciper as futuras linhas de ação do novo primeiro-ministro), exigindo a demissão do presidente da República. Magyar disse que, caso o chefe de Estado não saia voluntariamente, o novo governo irá alterar a Constituição para o demitir.

### **Reações europeias**

A eleição de Magyar foi recebida com entusiasmo e sobretudo alívio pelos principais dirigentes europeus, depois de 16 anos de oposição de Orbán às políticas de Bruxelas, como foi o mais recente caso da necessidade de voto unânime no sentido de conceder apoios à Ucrânia, constantemente bloqueado devido à Hungria. Ursula Von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, felicitou a mudança: “O coração da Europa bate mais forte na Hungria esta noite”. O presidente Emmanuel Macron, disse que a “França saúda esta vitória, que demonstra o apego do povo húngaro aos valores da União Europeia”. O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, escreveu no Telegram: “É importante quando uma abordagem construtiva é vitoriosa.”

### **Implicações para Portugal, para a União Europeia e para o mundo**

A derrota de Orbán poderá ter implicações significativas no panorama político europeu e mundial. Ao nível da União Europeia, antecipa-se um reforço da coesão interna e a nível global espera-se uma maior defesa do Estado de direito.

No contexto português, o impacto poderá refletir-se sobretudo no debate político à direita. Orbán e o seu projeto político têm sido uma referência para setores nacionalistas e populistas na Europa, incluindo em Portugal. A sua saída do poder pode enfraquecer a narrativa da inevitabilidade dos modelos de democracia iliberal no espaço europeu, reforçando alternativas políticas alinhadas com os valores democráticos liberais.

### **Riscos e incertezas no novo ciclo político**

Apesar do entusiasmo em torno da vitória de Péter Magyar, alguns analistas alertam para possíveis riscos associados ao novo ciclo político. A exigência imediata da demissão do presidente e a abertura à possibilidade de alterações constitucionais levantam dúvidas quanto ao respeito pelos equilíbrios institucionais. A experiência recente da Hungria demonstra como mudanças constitucionais podem ser utilizadas para concentrar poder político. Foi precisamente através desse mecanismo que Viktor Orbán consolidou o seu domínio ao longo da última década. Nesse sentido, existe o receio de que Magyar possa recorrer a instrumentos semelhantes para governar com maior margem de manobra.

# **Encontro Bilderberg 2026**

Por Johan Schäfer

Entre 9 e 12 de abril deu-se o encontro anual da conferência Bilderberg em Washington (EUA). Desde 1954 reúnem-se cerca de 150 políticos, militares, membros dos serviços secretos, diplomatas, empresários, académicos, bancários, jornalistas e indivíduos da nobreza e realeza do mundo ocidental, sempre em ambiente discreto e longe da atenção da população comum. A lista de participantes, assim como os temas abordados, apenas são divulgados de forma incompleta após o fim do encontro. Durante o acontecimento é assegurada a regra Chatham House, que significa a proibição de citações diretas, apenas sendo permitida uma divulgação pouco concreta sobre o discutido e decidido. A participação apenas fica assegurada após um convite exclusivo da direção.

## **Das primeiras conferências à atualidade**

Os anos 1950 foram profundamente marcados pela escalada da guerra fria entre o bloco ocidental e soviético. O motivo oficial para a criação do clube consistiu no reforço da cooperação transatlântica entre as elites, especialmente políticas, económicas e militares. O pensamento reinante defendia uma confiança máxima entre os capitalistas contra o mundo comunista. A primeira reunião aconteceu em 1954 no hotel Bilderberg, pertencente à família real neerlandesa. Esta faz parte do círculo mais assíduo, assim como os reis da Bélgica, altos militares da NATO e CEOs de grandes empresas europeias e norte-americanas. Os locais escolhidos situam-se exclusivamente no mundo ocidental e praticamente sempre em hotéis de luxo, vedados a qualquer outro hóspede e potenciais olhares curiosos. Relativamente a Portugal, em 1999 o grupo encontrou-se no hotel Penha Longa, em Sintra, e em 2023 no Pestana Palace, em Lisboa.

Após o príncipe Bernhard dos Países Baixos ser diretor durante 22 anos, sucederam-lhe diversas personalidades das áreas referidas. Entre os membros da direção atuais encontram-se Durão Barroso (ex-Presidente da Comissão Europeia, atualmente na Goldman Sachs), Alex Karp (CEO da firma de vigilância Palantir), Satya Nadella (CEO da Microsoft), Luis Vassy (Diretor da universidade Sciences Po) e Fareed Zakaria (jornalista).

## **Financiamento e o encontro de 2026**

Segundo a própria organização, os custos são pagos inteiramente por doações privadas. Nem as quantias e suas proveniências são publicadas, nem os gastos totais por ano, especialmente tendo em conta as medidas de segurança avultadas e provenientes parcialmente por meios estatais.

O Salamander Washington DC Hotel serviu de local de reunião para este ano. Como pode ser consultado na página oficial, temas abordados foram entre outros a inteligência artificial, China, Europa, Médio Oriente, Rússia, Estados Unidos, o futuro da guerra e economia global. Os temas dizem tudo e nada, nunca se ficando a saber com maior pormenor quem falou do quê. A cobertura mediática tanto portuguesa como internacional também é extremamente reduzida, o que resulta no desconhecimento quase absoluto da população sobre o grupo Bilderberg.

Entre os participantes na edição atual estiveram Fatih Birol (Diretor da Agência Internacional da Energia), Albert Bourla (CEO da farmacêutica Pfizer), Rob Jetten (Primeiro Ministro dos Países Baixos), Sigrid Kaag (Co-Diretora da Fundação da Nações Unidas), Markus Laubenthal (Diretor dos Recursos Humanos do Supremo Comando da NATO), os editores-chefes da Economist e Bloomberg, Mark Rutte (Secretário-Geral da NATO), Feridun Sinirlioglu (Secretário-Geral da OSCE) e Alexandr Wang (Diretor para AI da Meta). A lista mais completa pode ser consultada na página oficial. Os portugueses convidados foram Durão Barroso, Duarte Moreira (CEO da empresa de investimentos Zeno Partners) e Guta Moura Guedes (Diretora da ExperimentaDesign).

### **Criticismo e teorias de conspiração**

Devido ao seu inerente secretismo e consequente falta de transparência, o grupo Bilderberg tem sido alvo de numerosas críticas. A mais predominante foca-se na sua essência profundamente antidemocrática, pois como descrito o clube mantém-se extremamente exclusivo. Opera à margem dos Parlamentos e Governos eleitos, não merecendo qualquer escrutínio executivo ou judicial. Neste evento não existe distância física nem intelectual entre os decisores políticos, que dizem agir para o bem de toda a população, e empresários, militares ou outras pessoas com a possibilidade de as influenciar em benefício próprio. O sociólogo Rudolf Sturmburger refere a crescente divergência entre estas elites auto-intituladas e a restante população, evidenciando uma "re-feudalização" no século XXI.

Para além das discordâncias devidamente fundamentadas, esta conferência também motiva teorias de conspiração. Estas provêm maioritariamente dos extremos políticos: a extrema-direita centra-se nas possibilidades de um Governo mundial escondido e anti-nacionalista, enquanto a extrema-esquerda nota o teor ultracapitalista destas conferências, que apenas reúnem indivíduos extremamente abastados e consequentemente com poder significativo. Deve-se acrescentar que uma parte considerável da culpa para a existência das mesmas recai sobre os media tradicionais, pois estes pouco ou nada abordam este tema deveras importante. Normalmente pode-se encontrar uma pequena nota nos media mainstream do país no qual o grupo se encontra, mas um escrutínio mais profundo somente é realizado por canais alternativos ou pelos poucos jornalistas que redigiram livros sobre o clube. O mesmo acontece com outros grupos similares, como o Le Cercle, Trilateral Commission, World Economic Forum ou Dialog.

# Benim elege novo presidente com 94% dos votos

---

Por Magda Gonçalves

A 12 de abril de 2026, Benim realizou eleições presidenciais. O processo decorreu sem incidentes, com uma participação de 63,57%, e culminou na vitória de Romuald Wadagni, candidato da coligação governante, com 94,27% dos votos. A 23 de abril, a Cour Constitutionnelle confirmou os resultados definitivos, sem que nenhum recurso tivesse sido apresentado no prazo legal. A tomada de posse está marcada para 24 de maio, em Porto-Novo.

## Contexto

Em dezembro de 2025, um grupo de militares interrompeu a televisão estatal para anunciar a deposição do Presidente Patrice Talon. A tentativa foi debelada em poucas horas. Talon regressou às antenas para confirmar que o governo mantinha o controlo. O coronel Tigri Pascal, líder aparente do grupo, foi detido.

Nos comunicados que leram em direto, os militares envolvidos apontaram a deterioração da situação de segurança no Norte do país e o "descaso para com os irmãos de armas caídos". A referência não era abstrata: em abril de 2025, um ataque do Grupo de Apoio ao Islão e aos Muçulmanos (JNIM), afiliado à Al-Qaeda, matou 54 soldados beninenses numa emboscada no Norte - o episódio mais mortífero registado no país até à data. O jihadismo que há anos afecta Mali, Burkina Faso e Níger tem vindo a estender-se, progressivamente, aos países costeiros do Golfo da Guiné.

## O Escrutínio

Nas eleições parlamentares de janeiro de 2026, o partido Os Democratas, principal força da oposição, fundado pelo ex-Presidente Thomas Boni Yayi, não conseguiu atingir os 20% dos votos necessários para entrar na Assembleia Nacional. Ficou pelos 16%. A consequência foi direta: sem representação parlamentar suficiente, o partido não reuniu os requisitos legais para apresentar candidato nas presidenciais. As tentativas de contestação judicial foram indeferidas.

O quadro legal exige que um candidato presidencial reúna o apoio de, pelo menos, 15% da totalidade dos membros do Parlamento e dos presidentes de câmara. Organizações de direitos humanos e analistas independentes têm classificado este limiar como excessivamente restritivo na prática. A coligação governante detém, atualmente, todos os assentos parlamentares.

63,57%  
Taxa de participação  
oficial

5,73%  
Hounkpè - único adversário no  
boletim

94,27%  
Wadagni - resultado  
definitivo

A missão de observação da CEDEAO, liderada pelo ex-Presidente do Gana, Nana Akufo-Addo, avaliou positivamente a organização técnica do processo e a neutralidade das instituições. Não registou incidentes nas mesas de voto, nem se pronunciou sobre as condições políticas de acesso ao boletim.

### **Quem é Wadagni? O que propõe?**

Romuald Wadagni tem 49 anos e é natural de Lokossa. Foi Ministro da Economia e das Finanças durante toda a presidência de Talon, desde 2016 e acaba de se tornar o presidente mais jovem do Benim desde o início do pluralismo democrático. A sua Vice-Presidente, Mariam Chabi Talata, no entanto, já exerceu funções no executivo anterior.

A campanha de Wadagni centrou-se na continuidade das reformas económicas iniciadas por Talon - o Benim cresce a cerca de 7% ao ano, segundo o Banco Mundial - e em medidas de inclusão social: alargamento da protecção social, melhoria do acesso à água e à saúde, e facilitamento do microcrédito para pequenos comerciantes. O mandato durará sete anos, após a reforma constitucional, aprovada em novembro de 2025, que estendeu o mandato de cinco para sete anos. As próximas presidenciais estão previstas para 2033.

O presidente francês Emmanuel Macron enviou uma carta de felicitações a 24 de abril, reafirmando a disposição de Paris em aprofundar a cooperação bilateral e a solidariedade face aos "desafios securitários" da sub-região. Benim mantém-se um dos principais parceiros ocidentais numa África Ocidental marcada por sucessivos golpes de Estado desde 2021, em Mali, Burkina Faso, Guiné, Níger e Guiné-Bissau. A taxa de pobreza no país ultrapassa os 30%. A questão da segurança no Norte permanece por resolver. Deste modo, serão estes os dois dossiês que definem o alcance real do mandato que começa a 24 de maio.

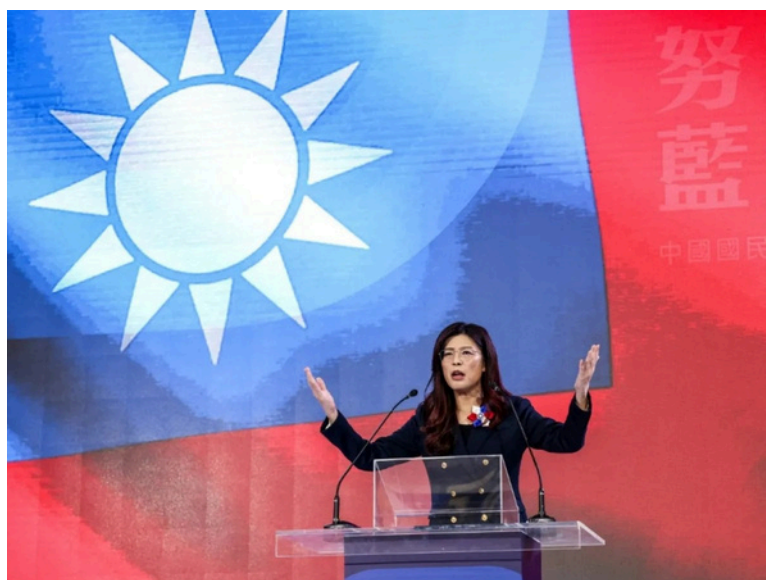
# Missão de Paz ou estratégia de poder?: Visita da líder da oposição taiwanesa à China

Por Beatriz Inocência

A líder da oposição taiwanesa, Cheng Li-wun, visitou a China continental numa deslocação rara, a primeira de um dirigente da oposição em cerca de uma década, que incluiu encontros de alto nível com dirigentes chineses, entre os quais Xi Jinping. Apresentada como uma iniciativa de reconciliação, a visita surge num momento de elevada tensão regional e revela uma estratégia mais ampla de Pequim para influenciar o futuro político de Taiwan sem recorrer à força.

Num contexto marcado pelo reforço da presença militar chinesa no estreito de Taiwan e pelo aprofundamento do apoio norte-americano a Taipei, este tipo de contacto político adquire um significado particular. Mais do que um gesto isolado, trata-se de uma peça inserida numa abordagem multifacetada que combina pressão militar, diplomacia seletiva e influência política interna.

A visita tem sido altamente descrita como um gesto de reconciliação. No entanto, essa leitura não só é incompleta como potencialmente enganadora. O episódio deve ser entendido como parte de uma estratégia mais ampla, através da qual Pequim procura avançar os seus objetivos em relação a Taiwan sem recorrer à força.



*Discurso da Líder do Kuomintang (KMT) de Taiwan, Cheng Li-wun  
(fonte: Observador/Ritchie B. Tongo/EPA)*

Ao receber a líder do Kuomintang com elevado estatuto político, incluindo um encontro com Xi Jinping, a China não está apenas a promover o diálogo, está a selecionar interlocutores e, com isso, a influenciar diretamente a dinâmica interna de Taiwan. Este tipo de reconhecimento seletivo funciona como um mecanismo de legitimação política alternativa, contornando o governo democraticamente eleito em Taipei e reforçando a percepção de que existem vias paralelas de representação política mais aceitáveis para Pequim.

Longe de ser um episódio isolado, esta prática inscreve-se numa tradição de contactos entre o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang, antigos rivais cuja interação tem sido reativada em momentos críticos. Desde o final da Guerra Civil Chinesa, em 1949, que estas duas forças mantêm uma relação ambígua, alternando entre antagonismo histórico e aproximações táticas. No atual contexto, essa herança histórica confere ao Kuomintang uma legitimidade singular aos olhos de Pequim, que o vê como um interlocutor preferencial face a um governo em Taipei classificado como separatista. A novidade reside na função que esses contactos passaram a desempenhar, de instrumentos de comunicação políticas a ferramentas centrais de uma estratégia de influência sistemática.

A lógica subjacente é clara. Em vez de depender exclusivamente da coerção militar, que comporta riscos elevados de escalada regional e de intervenção internacional, Pequim aposta na transformação gradual do ambiente político taiwanês. Ao reforçar a visibilidade e a credibilidade de forças políticas mais favoráveis ao diálogo, contribui para deslocar o centro de gravidade do debate interno e criar condições para uma reorientação estratégica da ilha.

Neste contexto, a linguagem de “reconciliação” ganha um significado particular. Não descreve apenas uma intenção de distensão, mas sim sugere a existência de uma unidade política prévia que pode e deve ser restaurada. Trata-se de uma construção narrativa alinhada com a posição chinesa de que Taiwan é parte integrante do seu território, procurando moldar percepções tanto dentro como fora da ilha.

O impacto desta abordagem ultrapassa o plano bilateral. Ao incentivar a emergência de alternativas políticas internas, Pequim introduz uma nova variável na competição geopolítica com os Estados Unidos. A disputa deixa de se centrar apenas na dissuasão militar e passa a incluir a influência sobre as escolhas políticas de Taiwan, nomeadamente no que diz respeito ao seu alinhamento internacional, à sua política de defesa e à sua relação com parceiros estratégicos.

Para Washington, esta evolução representa um desafio complexo, a estratégia tradicional de contenção baseada na dissuasão militar pode revelar-se insuficiente face a um modelo de influência que opera no plano político e social. Para Taiwan, o risco é ainda mais direto, devido à possibilidade de erosão gradual da sua autonomia política através de dinâmicas internas que, embora formalmente democráticas, sejam condicionadas por pressões externas.



*Líder do Kuomintang (KMT) de Taiwan, Cheng Li-wun, brinda com Song Tao, diretor do Gabinete de Assuntos de Taiwan da China (fonte: Associated Press)*

Para o Kuomintang, esta estratégia abre oportunidades, mas também riscos significativos. A capacidade de se apresentar como força pragmática e estabilizadora pode reforçar a sua posição interna, sobretudo junto de setores que privilegiam a estabilidade económica e a redução de tensões. Contudo, essa mesma postura expõe o partido à acusação de servir, ainda que indiretamente, uma agenda externa que visa reduzir a margem de decisão soberana de Taiwan.

A questão central, portanto, não é se esta visita contribui para a paz, mas sim que tipo de processo político ajuda a desencadear, uma dinâmica de diálogo equilibrado entre partes autónomas, ou uma transformação gradual do sistema político taiwanês sob influência externa. Ao investir na oposição como canal privilegiado, Pequim demonstra que a reunificação pode ser perseguida por via política, explorando as próprias dinâmicas democráticas de Taiwan. A ausência de conflito aberto não significa ausência de estratégia, pelo contrário, pode ser o sinal de uma estratégia mais sofisticada e potencialmente mais eficaz.

Se essa abordagem vier a ganhar atração, a disputa pelo futuro de Taiwan poderá deixar de ser decidida principalmente no campo de batalha, mas nas urnas, nas narrativas e nas percepções políticas da própria sociedade taiwanesa. Nesse cenário, a questão deixa de ser apenas geopolítica e passa a ser, sobretudo, uma disputa pela definição do próprio significado de soberania e autodeterminação no século XXI.

# Conflito Clarificado: Conflito de Caxemira

Por Dario Vargas

## Que conflito é este?

O conflito de Caxemira é uma disputa territorial entre a Índia e o Paquistão sobre o território da Caxemira, localizada no noroeste do subcontinente indiano, que decorre desde 1947. Adicionalmente, uma disputa territorial entre a China e a Índia sobre o território de Aksai Chin no norte da Caxemira decorre desde 1959.



*Região da Caxemira (riscas) com território sob controle indiano (amarelo) e paquistanês (vermelho) realçado (Fonte: CNN)*

## Como é que surgiu?

O conflito da Caxemira surge após o fim da administração colonial do Reino Unido sobre o subcontinente indiano em 1947, quando as autoridades britânicas dividiram a região em dois estados seguindo linhas religiosas: a Índia, que seria um estado predominantemente hindu; e o Paquistão, que se desenvolveria como um estado maioritariamente muçulmano. Neste processo, que provocaria confrontos entre as comunidades hindu e muçulmanas em cada um dos respectivos territórios, fora concedida à região da Caxemira, predominantemente muçulmana e governada por um príncipe, a possibilidade de determinar qual das duas nações é que obteriam soberania sobre ela. Numa fase inicial o território procurou manter a sua independência, ambição que, no entanto, seria alterada após uma invasão por parte de tribos paquistanesas, que conduziu o príncipe Hari Singh a assinar a adesão da Caxemira à União Indiana em troca de proteção contra esta força. A adesão da Caxemira provocou um confronto armado entre a Índia e o Paquistão que somente terminaria após intervenção das Nações Unidas em 1949. Contudo, a resolução para a região não foi cumprida pelos beligerantes, culminando numa divisão efetiva da Caxemira.

Após a divisão da Caxemira, o governo indiano procurou afirmar a sua soberania sobre o território de Aksai Chin, localizado no norte da região e disputado com a China, pois os seus limites territoriais, estabelecidos durante a era colonial, não eram fixos, existindo várias fronteiras diferentes que foram utilizadas em épocas distintas sem que uma fosse concebida como definitiva. Após a anexação chinesa do Tibete em 1951, a China iniciou um processo de ocupação de Aksai Chin, disputando as reivindicações da Índia. Tensões sobre esta área contribuíram para o início de uma guerra, em 1962, entre os dois Estados, que terminaria com uma vitória chinesa neste território. Neste período o Paquistão, que detinha de um território na Caxemira que a China reivindicava, negociou um acordo que reconheceu a soberania chinesa sobre este território, uma solução que contrastou o resultado do conflito sino-indiano, pelo que a Índia nunca reconheceu a soberania da China sobre os territórios perdidos, permanecendo tensões até à atualidade.

Três anos após a guerra Sino-Indiana, surgiu um segundo confronto entre a Índia e o Paquistão sobre a Caxemira, um conflito armado que terminou com resultados inconclusivos, sendo que o controlo territorial na região não sofreu alterações significativas. As duas nações sul-asiáticas voltaram a entrar em conflito em 1971-72, um confronto relativamente à independência do Paquistão Oriental (atualmente o Bangladesh). Após este conflito, que resultou na independência do Bangladesh, ocorreu uma formalização de duas administrações separadas para a Caxemira correspondente a uma linha de controlo militar concordada entre a Índia e o Paquistão. Contudo, as tensões entre os dois Estados viriam a ressurgir, alimentadas pela a remoção de Zulfikar Bhutto – o primeiro-ministro do Paquistão que negociou o acordo – pela a obtenção, por parte da Índia, de armas nucleares em 1974 (um desenvolvimento que seria imitado pelo Paquistão em 1998, aumentando os riscos de uma escalada atômica num conflito direto entre estes Estados), e de movimentações militares indianas em 1984 que viriam a nação capturar uma área na Caxemira fora da fronteira administrativa negociada com o Paquistão.

Em 1987, os territórios da Caxemira administrados pela Índia foram palco de eleições que foram marcadas por acusações de fraude eleitoral, fomentando o descontentamento por partes da população contra a administração indiana e contribuindo para a radicalização de certos grupos, culminando numa insurreição a favor da independência da região em 1989 e que permaneceria até à atualidade, apesar que com variações na sua intensidade. Perante esta onda de instabilidade, a Índia viria a acusar o Paquistão de apoiar os insurgentes – acusações rejeitadas pelo Estado paquistanês – reforçando subsequentemente a sua presença militar na região. No entanto, o Paquistão viria a iniciar uma série de ataques na Caxemira indiana no ano de 1999, utilizando artilharia e forças paramilitares para tentar invadir o território. Este conflito – denominado de Guerra de Kargil – resultaria numa vitória indiana, que fora capaz de recuperar o controlo sobre o

distrito de Kargil, o palco principal das operações militares. Após esta guerra, os laços entre os países estabilizaram-se, apesar de tensões permanecerem relativamente ao alegado apoio paquistanês a militantes opostos à administração indiana na Caxemira.

O status quo na Caxemira permaneceria relativamente estável até 2019, ano em que o governo indiano, procurando consolidar o seu controlo sobre os territórios que se encontravam sob o seu controlo, revogou o estatuto autónomo que estes gozavam desde 1952 e que fora consagrada na constituição indiana. A acompanhar estas medidas, o Estado indiano realizou um reforço de forças militares na região, restringindo temporariamente as formas de comunicação da população e liberdade de movimento, ações condenadas quer pelo Paquistão, que as considerou agressivas, como por setores da sociedade civil nestes territórios, que as considerou como violações dos direitos da população local. Tensões sobre estas medidas permaneceram nos anos subsequentes, contribuindo para um ressurgimento de atividade militante na Caxemira.

Esta instabilidade civil resultaria num evento particularmente grave no ano de 2025, quando um grupo de militantes opostos à administração indiana conduziram um ataque contra turistas, resultando em 26 mortes. Este ataque levou a alegações, por parte da Índia, que o Paquistão apoiava estes grupos, alegações que a nação muçulmana rejeitou. Subsequentemente, a Índia iniciou a Operação Sindoor, atacando uma série de alvos em território paquistanês, que foram seguidas por ataques paquistaneses em território indiano, tornando-se na maior escalada do conflito em anos recentes. Este confronto terminaria com um cessar-fogo após mediação americana e diálogo direto entre as camadas militares dos dois Estados.

### **Qual a sua importância para Portugal?**

Portugal mantém laços diplomáticos com a Índia e o Paquistão, detendo de uma embaixada em Nova Deli, capital da Índia, bem como uma embaixada em Islamabad, capital do Paquistão. A posição oficial do governo português encontra-se alinhada com a posição europeia, procurando seguir uma linha neutra que apele à diplomacia e ao desescalar das tensões entre ambos os Estados sem reconhecer a nenhum dos beligerantes a soberania sobre toda a região.

O conflito na Caxemira, sendo um conflito principalmente de cariz regional, tem pouco impacto direto para Portugal no seu atual formato devido à distância do território de solo português e dos relativos fracos laços económicos entre Portugal e os países beligerantes. Contudo, o cenário de um confronto nuclear entre as duas nações teria repercussões possivelmente graves, tendo o potencial de provocar alterações climáticas que, no curto prazo, causariam uma queda nas temperaturas mundiais que diminuiria a produtividade agrícola global. Além do mais, um confronto mais abrangente entre as duas nações teria o potencial de causar uma crise humanitária e de conduzir ao deslocamento forçado dentro e fora dos países.

[www.portugaldiplomatico.com](http://www.portugaldiplomatico.com)